

Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização – Itabrasco

Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2023

Demonstrações Financeiras - Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - Itabrasco
Conteúdo

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração dos Fluxos de Caixa	8
Balanço Patrimonial	9
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	10
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	11
1. Contexto operacional	
2. Base de preparação das demonstrações financeiras	
3. Receita de arrendamento	
4. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	
5. Resultado financeiro	
6. Tributos sobre o lucro	
7. Caixa e equivalentes de caixa	
8. Tributos a recuperar	
9. Imobilizado	
10. Processos judiciais	
11. Patrimônio líquido	
12. Partes relacionadas	
13. Classificação dos instrumentos financeiros	
14. Gestão de riscos	
Membros da Diretoria e Responsáveis Técnicos	20



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - Itabrasco

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - Itabrasco ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - Itabrasco em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras

A diretoria da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e



Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - Itabrasco

internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Patricio Marques Roche
Contador CRC 1RJ081115/O-4

Demonstração do Resultado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	Exercícios findos em 31 de dezembro	
		2023	2022
Receita de arrendamento, líquida	3	226.451	470.191
Custo do arrendamento (depreciação, líquido de crédito de impostos)	9	(27.638)	(24.925)
Lucro bruto		198.813	445.266
Receitas (despesas) operacionais			
Administrativas		(2.006)	(4.666)
Pesquisa e desenvolvimento		(197)	(2.875)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	4	2.319	(1.737)
Lucro operacional		198.929	435.988
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	5	32.357	26.489
Despesas financeiras		(1.745)	(1.249)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		229.541	461.228
Tributos sobre o lucro			
Tributos correntes	6	(77.203)	(153.736)
Tributos diferidos		(156)	(705)
Lucro líquido do exercício		152.182	306.787
Lucro básico e diluído por ação – Em R\$		0,11	0,22

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

Em milhares de reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Lucro líquido do exercício	152.182	306.787
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	152.182	306.787

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Em milhares de reais

	Notas	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
		2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		229.541	461.228
Ajustado por:			
Depreciação	9	27.638	25.206
Crédito PIS/COFINS sobre depreciação	9	-	(281)
Provisão para contingências		880	-
Baixa de ativo imobilizado	9	553	2.057
Variação monetária - Acordo Eletrobras	5 e 10	(989)	-
Variação monetária, juros sobre contingências e depósitos judiciais	5	(131)	(330)
Reversão de provisão para perda de ativos	4	-	(1.717)
Reversão de provisão para perda de ativos - Acordo Eletrobras	4 e 10	(2.655)	-
Outros		(19)	(24)
Variações de ativos e passivos:			
Contas a receber - Terceiros e partes relacionadas		(3.992)	(3.175)
Impostos a recuperar		(33.586)	(64.475)
Depósitos judiciais		4.461	18
Provisão para contingências		(681)	1
Fornecedores - Terceiros e partes relacionadas		12.009	4.510
Tributos a pagar		21.737	52.840
Outros ativos		724	(697)
Caixa gerado pelas operações		255.490	475.161
Impostos pagos		(123.516)	(191.579)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		131.974	283.582
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Adições ao imobilizado	9	(92.298)	(74.299)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(92.298)	(74.299)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Transações com acionistas:			
Dividendos pagos aos acionistas	11 (c)	(223.737)	(234.837)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(223.737)	(234.837)
Redução no caixa e equivalentes de caixa no exercício		(184.061)	(25.554)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		492.091	517.645
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		308.030	492.091

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Balço Patrimonial

Em milhares de reais

	Notas	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	308.030	492.091
Contas a receber - partes relacionadas	12	16.383	12.391
Acordo Eletrobras a receber	10	3.644	-
Tributos a recuperar	8	7.136	8.054
Outros		7	731
		335.200	513.267
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais	10	2.050	6.362
Tributos a recuperar	8	13.676	7.701
Tributos diferidos sobre o lucro	6 (d)	-	117
		15.726	14.180
Imobilizado	9	390.536	326.429
		406.262	340.609
Total do ativo		741.462	853.876
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - Partes relacionadas	12	132	77
Fornecedores - Terceiros		24.307	12.353
Dividendos	11 (c)	76.091	101.393
Tributos a recolher sobre o lucro	6 (b)	48.674	100.487
Tributos a recolher	6 (c)	3.512	4.804
		152.716	219.114
Passivo não circulante			
Provisão para processos judiciais	10	217	18
Tributos diferidos sobre o lucro	6 (c)	38	-
Total do passivo		152.971	219.132
Total do patrimônio líquido	11	588.491	634.744
Total do passivo e patrimônio líquido		741.462	853.876

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de reais

	Capital social	Reserva legal	Reserva de investimentos	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021	256.200	51.240	90.701	208.023	-	606.164
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	306.787	306.787
Transações com acionistas:						
Dividendos de exercícios anteriores	-	-	-	(124.814)	-	(124.814)
Apropriação para reservas - Nota 11 (c)	-	-	83.209	(83.209)	-	-
Dividendos antecipados - Nota 11 (c)	-	-	-	-	(52.000)	(52.000)
Dividendos mínimos obrigatórios - Nota 11 (c)	-	-	-	-	(101.393)	(101.393)
Dividendo adicional proposto - Nota 11 (c)	-	-	-	153.394	(153.394)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	256.200	51.240	173.910	153.394	-	634.744
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	152.182	152.182
Transações com acionistas:						
Dividendos de exercícios anteriores - Nota 11 (c)	-	-	-	(122.344)	-	(122.344)
Apropriação para reservas - Nota 11 (c)	-	-	31.050	(31.050)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios - Nota 11 (c)	-	-	-	-	(76.091)	(76.091)
Dividendo adicional proposto - Nota 11 (c)	-	-	-	76.091	(76.091)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	256.200	51.240	204.960	76.091	-	588.491

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

A Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - Itabasco ("Sociedade") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Vitória, Espírito Santo, Brasil. A Sociedade é uma *joint venture* onde seus acionistas Vale S.A. ("Vale") e Ilva Commerciale SRL In Liquidazione possuem cada uma 50,90% e 49,10% de participação, respectivamente. A Sociedade foi constituída em 1973 e suas atividades originalmente compreendiam a produção e comercialização de pelotas de minério de ferro.

Em 2008, a Usina de Pelotização foi arrendada à sua acionista Vale por uma parcela fixa anual, corrigida anualmente pelo Índice Geral de Preços do Mercado ("IGP-M") e uma parcela variável resultante da performance da usina. As operações são realizadas no Complexo de Tubarão por meio da Usina de Pelotização 3 ("Usina de Pelotização").

Em 23 de fevereiro de 2011, foi assinado o 3º aditivo ao contrato de arrendamento que modificou a partir de 2012 o cálculo da parcela fixa do arrendamento, adicionando uma revisão do valor, a cada três anos, com base na média da depreciação registrada nos três anos anteriores adicionado de 12% de *markup* e 9,25% de PIS e COFINS. Em 2023 a parcela fixa anual, corrigida é de R\$ 26.472 (R\$ 25.102 em 2022). O contrato atual tem o vencimento previsto para 30 de junho de 2025.

A Sociedade foi constituída com o objetivo de atender as necessidades das operações e o plano de negócios da Vale. As demonstrações financeiras da Sociedade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram elaboradas no pressuposto de sua continuidade operacional.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Sociedade ("demonstrações financeiras") foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Sociedade.

b) Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir as perdas pela redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos. Os eventos subsequentes foram avaliados até 31 de janeiro de 2024, data em que a emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria.

c) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são mensuradas utilizando o real ("R\$"), que é a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade opera.

d) Principais políticas contábeis

As políticas contábeis significativas aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas e são consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras de exercícios anteriores. Algumas normas e interpretações contábeis foram emitidas, porém, ainda não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 ou não tiveram impacto nessas demonstrações financeiras. A Sociedade não adotou antecipadamente nenhuma norma. Adicionalmente, a Sociedade não espera que essas normas tenham um impacto material nas demonstrações financeiras em exercícios sociais subsequentes.

e) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Sociedade. Com base em premissas, a Sociedade faz estimativas em relação ao futuro. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e são baseados na experiência e conhecimento da Administração, informações disponíveis na data das demonstrações financeiras e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos saldos contábeis de ativos e passivos nos próximos exercícios sociais, estão apresentadas nas notas 6 e 10.

3. Receita de arrendamento

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Parcela fixa	26.472	25.102
Parcela variável	223.061	493.014
Receita bruta	249.533	518.116
Impostos sobre vendas	(23.082)	(47.925)
Receita líquida	226.451	470.191

A parcela fixa de arrendamento foi aumentada em decorrência de ajuste anual pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M.

A parcela variável de arrendamento é resultante da performance da Usina. A redução em relação ao ano de 2022, deve-se principalmente ao menor preço do minério e pelotas, aumento de custos e variação cambial desfavorável, compensado parcialmente pelo aumento de produção atribuído pela redistribuição de toda a produção das Usinas de Tubarão conforme Cláusula de Tratamento Justo (“Fair Treatment”), constante do 8º Aditivo ao Contrato de Arrendamento.

Os fluxos de caixa dos direitos contratuais relacionados aos recebimentos mínimos estão apresentados pelo cronograma do contrato em vigor. Tais valores representam os recebimentos estimados no contrato assinado e encontram-se demonstrados por seus valores nominais.

	Valores nominais
De janeiro a dezembro de 2024	31.415
De janeiro a junho de 2025	15.707

Política contábil

A Sociedade arrenda bens do imobilizado para a Vale. O arrendamento efetuado pela Sociedade na figura de arrendadora, nos quais os riscos e benefícios da propriedade são retidos pela Sociedade, são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos recebidos sobre arrendamentos operacionais são reconhecidos como receita na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

4. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Provisão para contingências	(880)	(7)
Reversão da provisão para perda de ativo	-	1.717
Receita com recuperação de despesas	970	-
Reversão de provisão para perda de ativos - Acordo Eletrobras - nota 10	2.655	-
Baixa de ativo imobilizado	(553)	(2.057)
Despesas com desmobilização de ativos	-	(1.120)
Outras receitas (despesas) operacionais	127	(70)
Total	2.319	(1.737)

5. Resultado financeiro

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	31.207	26.041
Atualização de depósitos judiciais	131	330
Variação monetária - Acordo Eletrobras - nota 10	989	-
Outras	30	118
	32.357	26.489
Despesas financeiras		
Comissão de fiança	(7)	(6)
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(1.555)	(1.214)
Atualização monetária e juros de contingências	(115)	-
PIS e COFINS sobre acordo Eletrobras	(46)	-
Outras	(22)	(29)
	(1.745)	(1.249)
Resultado financeiro líquido	30.612	25.240

6. Tributos sobre o lucro

a) Reconciliação do imposto de renda – Demonstração do resultado

O total demonstrado de tributos sobre o lucro na demonstração do resultado está reconciliado com as alíquotas estabelecidas pela legislação, como segue:

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	229.541	461.228
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(78.044)	(156.818)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:		
Benefícios fiscais (Lei Rouanet, Lei do Esporte, Pronas, Lei do Idoso e Fundo da Infância e Adolescência)	1.445	3.774
Outros ajustes	(760)	(1.397)
Tributos sobre o lucro	(77.359)	(154.441)
Corrente	(77.203)	(153.736)
Diferido	(156)	(705)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(77.359)	(154.441)

b) Tributos a recolher sobre o lucro

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Tributos sobre o lucro do exercício - corrente	77.203	153.736
Antecipações	(28.529)	(53.249)
Total	48.674	100.487

c) Tributos a recolher

Do saldo a recolher de R\$ 3.512, o principal valor refere-se a PIS/COFINS no montante de R\$ 2.627.

d) Tributos diferidos sobre o lucro

A Sociedade possui os seguintes montantes de diferenças temporárias, como segue:

	Base de cálculo		IR e CSLL (alíquota 34%)	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2023	2022	2023	2022
Provisão de perda Eletrobras	-	2.655	-	903
Outros ativos fixos - provisão para perdas em ativos	281	281	96	96
Provisão para Contingências Tributárias	216	18	73	6
Atualização monetária de depósitos judiciais	(611)	(2.610)	(207)	(888)
Total	(114)	344	(38)	117

Política contábil

Os tributos sobre o lucro são calculados aplicando a alíquota em vigor no Brasil, que é de 34%. Os tributos diferidos sobre o lucro são reconhecidos com base nas diferenças temporárias entre o valor contábil e a base fiscal dos ativos e passivos, bem como dos prejuízos fiscais apurados. Os ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias não são reconhecidos quando não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos por meio do resultado.

Estimativa e julgamento contábeis críticos

Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos impostos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias são reconhecidas considerando premissas e fluxos de caixa projetados. Os ativos fiscais diferidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas, preços de commodities, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Caixa e bancos	125	15
Aplicações financeiras	307.905	492.076
Total	308.030	492.091

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, depósitos líquidos e imediatamente resgatáveis, aplicações financeiras em investimento com risco insignificante de alteração de valor. Em 31 de dezembro de 2023 a Sociedade possuía R\$ 301.749 (R\$ 470.720 em 2022) aplicados no FIDC (Fundos de investimentos em direitos creditórios), R\$ 1.505 (R\$ 10.565 em 2022) em CDB e R\$ 4.651 (R\$ 10.791 em 2022) em notas compromissadas. As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em caixa, sendo indexadas à taxa dos certificados de depósito interbancário (“taxa DI” ou “CDI”).

8. Tributos a recuperar

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Imposto de renda retido na fonte (“IRRF”) a recuperar	6.174	5.497
PIS e COFINS a recuperar sobre ativos	14.638	9.912
Outros	-	346
Total	20.812	15.755

Circulante	7.136	8.054
Não circulante	13.676	7.701
Total	20.812	15.755

9. Imobilizado

	Imóveis	Instalações	Equipamentos	Outros	Imobilizado em curso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	29.970	103.697	46.650	3.136	94.223	277.676
Adições	-	-	-	-	74.299	74.299
Baixas	-	-	-	-	(2.057)	(2.057)
Depreciação	(2.726)	(14.928)	(7.126)	(426)	-	(25.206)
Reversão de provisão para perda de ativos	-	-	-	1.717	-	1.717
Transferências	1.108	64.005	1.237	27	(66.377)	-
Total	28.352	152.774	40.761	4.454	100.088	326.429
Custo	89.969	470.964	165.582	24.167	100.088	850.770
Depreciação acumulada	(61.617)	(318.190)	(124.821)	(19.713)	-	(524.341)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	28.352	152.774	40.761	4.454	100.088	326.429
Adições (i)	-	-	-	-	92.298	92.298
Baixas	-	(465)	-	-	(88)	(553)
Depreciação	(2.759)	(17.528)	(6.442)	(909)	-	(27.638)
Transferências	2.631	7.480	2.841	7.996	(20.948)	-
Total	28.224	142.261	37.160	11.541	171.350	390.536
Custo	92.601	465.445	167.326	32.187	171.350	928.909
Depreciação acumulada	(64.377)	(323.184)	(130.166)	(20.646)	-	(538.373)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	28.224	142.261	37.160	11.541	171.350	390.536

(i) As adições no ano de 2023, devem-se principalmente à atualização do sistema de supervisão e automação, no montante de R\$ 25.162, Wind Fences do pátio de fins de minério, no montante de R\$ 11.893, recuperação estrutural da rota 3T4TC E 3T5TC, no montante de R\$ 9.442, revitalização da moagem, no montante de R\$ 8.773, lavadores de correias e adequação de chutes, no montante de R\$ 6.912, adequação do sistema de combustão a gás natural, no montante de R\$ 4.440, enclausuramento dos transportadores de correia, no montante de R\$ 2.688 e adequação do sistema de segurança, no montante de R\$ 2.512.

A depreciação de R\$ 27.638 em 2023 (R\$ 25.206 em 2022) é apresentada no resultado do exercício líquida de créditos de impostos no montante de R\$ 281 em 2022.

Política contábil

Os ativos imobilizados são reconhecidos pelo custo de aquisição ou construção, líquido da depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido e são capitalizados. A exceção são os terrenos que não são depreciados. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	Vida útil
Imóveis	25 a 30 anos
Instalações	10 anos
Equipamentos	5 a 10 anos
Outros	3 a 5 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados a cada exercício social e ajustados, se necessário.

Os gastos relevantes com manutenção de áreas industriais e de ativo relevantes, incluindo peças para reposição, serviços de montagens, entre outros, são registrados no ativo imobilizado e depreciados durante o período de benefícios desta manutenção até a próxima parada.

A Sociedade avalia, ao fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que os ativos imobilizados possam ter sofrido desvalorização. O ativo está desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não há indicação de que os ativos imobilizados possam ter sofrido desvalorização.

10. Processos judiciais

A Sociedade é parte em diversos processos judiciais decorrentes do curso normal dos negócios, incluindo processos trabalhistas, tributários e cíveis.

A Sociedade utiliza-se de estimativas para avaliar a probabilidade de saída de recursos com base em avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração e constitui provisões para as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada.

Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a Sociedade, nova jurisprudência e alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise dos fundamentos técnicos.

Processos judiciais provisionados - A Sociedade considerou todas as informações disponíveis relativas aos processos em que é parte envolvida para realizar as estimativas dos valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos.

Processos judiciais não provisionados - Os passivos contingentes relevantes, acrescidos de juros e atualização monetária, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são discutidos a seguir:

Processo tributário - O passivo contingente tributário refere-se basicamente à autuação, do período de 2003 a 2008, pela Receita Federal do Brasil da cobrança de PIS e COFINS sobre a operação de venda de pelotas com o fim de exportação e aos processos referentes aos despachos decisórios que homologaram parcialmente os créditos de PIS/COFINS no mesmo período. No ano de 2023, em comparação com o ano de 2022, houve uma redução de R\$ 133.752, em função principalmente de decisões proferidas em processos decisórios que homologaram parcialmente as compensações declarada no PER/DCOMP pela empresa na esfera Administrativa Federal, sendo assim, o valor atualizado dos referidos processos passou para R\$ 97.960 em 2023 (R\$ 231.712 em 2022).

Ativo contingente - Em 2015, a Sociedade ingressou com Execução da Sentença referente à decisão transitada em julgado que reconheceu parcialmente o seu direito de receber as diferenças de correção monetária e juros de empréstimo compulsório, relativamente à terceira conversão de ações da Eletrobras, no período de 1987 a 1993. Em maio de 2020 a Sociedade recebeu R\$ 51.212. Em novembro de 2023 a Sociedade assinou um acordo com a Eletrobras no montante de R\$ 3.644 para encerramento do processo judicial, com recebimento previsto para o primeiro trimestre de 2024. O montante de R\$ 989 foi reconhecido como uma receita financeira no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Depósitos judiciais - Correlacionados às provisões e passivos contingentes, a Sociedade é exigida por lei a realizar depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingências. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Sociedade até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

	Provisões para processos judiciais		Passivos contingentes		Depósitos judiciais	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Processos tributários	217	18	155.631	300.560	1.821	6.150
Processos trabalhistas	-	-	-	-	101	93
Processos cíveis	-	-	-	-	128	119
Total	217	18	155.631	300.560	2.050	6.362

Política contábil

Uma provisão é reconhecida quando a diretoria jurídica e seus consultores jurídicos avaliam que: (i) existe uma obrigação presente originada de evento passado, (ii) é provável que serão necessários recursos para liquidar a obrigação e (iii) uma estimativa confiável do valor da obrigação pode ser mensurada. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável devido a mudanças nas circunstâncias, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Os ativos contingentes são divulgados quando os benefícios econômicos vinculados são prováveis e somente são reconhecidos nas demonstrações financeiras no período em que a sua realização é virtualmente certa.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Normalmente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Sociedade e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

11. Patrimônio líquido

a) Capital social - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o capital social é de R\$ 256.200 correspondendo a 1.418.460.000 ações escrituradas, sendo 1.276.614.000 ações ordinárias e 141.846.000 ações preferencias, totalmente integralizadas e sem valor nominal.

O capital do acionista domiciliado no exterior está registrado no Banco Central do Brasil por US\$ 9.075 mil (dólares norte-americanos) e EUR 37.764 mil (euros).

b) Reserva de lucros

Reserva legal - Constitui uma exigência para todas as sociedades anônimas e representa a apropriação de 5% do lucro líquido anual apurado com base na legislação brasileira, até o limite de 20% do capital social. Em 2023 não foi destinado saldo para esta reserva em virtude da reserva ter atingido o limite máximo previsto na legislação brasileira.

Reserva de investimento - Tem como finalidade assegurar a manutenção e cumprimento ao orçamento de investimentos da Sociedade.

c) Remuneração aos acionistas da Sociedade - 50% do lucro líquido do exercício (após constituições de reservas) deve ser distribuído a título de dividendo mínimo obrigatório.

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Lucro líquido do exercício	152.182	306.787
Dividendos antecipados	-	52.000
Dividendos mínimos obrigatórios	76.091	101.393
Dividendo adicional proposto	76.091	122.344
Apropriação de dividendos	-	31.050
Remuneração total do exercício	152.182	306.787

Em 6 de dezembro de 2022, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a antecipação de dividendos relativos ao exercício de 2022 no montante de R\$ 52.000, pago em dezembro de 2022.

Em 27 de abril de 2023 foi deliberado em Assembleia Geral Ordinária (AGO), a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 2022, no montante de R\$ 306.787. O valor de R\$ 275.737 foi destinado a dividendos, sendo R\$ 153.393 a título de dividendos obrigatórios e R\$ 122.344 a título de dividendos adicionais, e o valor de R\$ 31.050 foi destinado para fins de constituição de reserva de investimento

Do total dos dividendos, R\$ 52.000 já foram antecipados e pagos dentro do ano de 2022 na forma de dividendos intercalares, conforme mencionado acima, e o valor de R\$ 223.737 foi pago aos acionistas, em maio de 2023, na proporção de sua participação.

Em 31 de dezembro de 2023 foi constituída a obrigação com dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 76.091, sendo o saldo remanescente do lucro líquido do exercício no valor de R\$ 76.091 transferido para a reserva de dividendo adicional proposto conforme preconizado pelo ICPC 08.

Política contábil

A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos. Esta remuneração é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Sociedade, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no Estatuto Social somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

12. Transações com partes relacionadas

Representados pelas seguintes operações com partes relacionadas à Sociedade:

	Notas	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Ativo circulante			
Contas a receber - partes relacionadas - Vale S.A.		16.383	12.391
		16.383	12.391
Passivos circulante			
Fornecedores - partes relacionadas - Vale S.A.		132	77
Dividendos a pagar			
	11(c)	76.091	101.393
Vale S.A.		38.722	51.598
Ilva Commerciale SRL In Liquidazione		37.369	49.795
		76.223	101.470

Resultados gerados pelas operações com partes relacionadas:

	Notas	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
		2023	2022
Receita de arrendamento, líquida - Vale S.A.	3	226.451	470.191

Os administradores brasileiros da Sociedade, empregados Vale, são remunerados integralmente por este acionista. Não há remuneração baseada em ações da própria Sociedade e incentivos de longo prazo. Os honorários referentes às remunerações dos administradores estrangeiros foram abdicados, através dos Termos de Renúncia datados em 29 de maio de 2020, com validade até abril de 2024.

13. Classificação dos instrumentos financeiros

	Custo amortizado		Valor justo por meio do resultado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Caixa e equivalentes de caixa	6.281	21.371	301.749	470.720
Contas a receber - partes relacionadas	16.383	12.391	-	-
Ativo contingente	3.644	-	-	-
Total dos ativos financeiros	26.308	33.762	301.749	470.720
Fornecedores				
Partes relacionadas - Vale S.A.	132	77	-	-
Terceiros	24.307	12.353	-	-
Total dos passivos financeiros	24.439	12.430	-	-

Política contábil

A Sociedade classifica os instrumentos financeiros com base no seu modelo de negócios para o gerenciamento dos ativos e nas características dos fluxos de caixa contratuais desses ativos. Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado a menos que certas condições que permitam uma mensuração subsequente ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou pelo custo amortizado sejam atendidas.

Os passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, líquidos dos custos de transação incorridos e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado e atualizados pelo método da taxa de juros efetivos.

14. Gestão de riscos

a) Gestão de risco de liquidez e capital - A Sociedade monitora as previsões de fluxo de caixa para assegurar a liquidez de curto prazo e possibilitar maior eficiência da gestão do caixa, em linha com o foco estratégico na redução do custo de capital e estabelecer uma estrutura de capital que assegure a continuidade dos seus negócios no longo prazo.

b) Gestão de risco de crédito – A exposição da Sociedade ao risco de crédito decorre de recebíveis em transações comerciais e investimentos financeiros. O processo de gestão de risco de crédito fornece uma estrutura para avaliar e gerir o risco de crédito das contrapartes e para manter o risco da Sociedade em um nível aceitável.

(i) Gestão de risco de crédito de recebíveis - A Sociedade atribui uma classificação de risco de crédito interna para cada contraparte utilizando sua própria metodologia quantitativa de análise de risco de crédito, baseada em preços de mercado e informações financeiras da contraparte, bem como informações qualitativas sobre o histórico de relacionamento comercial.

(ii) Gestão de risco de crédito de investimentos financeiros - Para gerenciar a exposição de crédito originada por aplicações financeiras, a Sociedade controla a diversificação de sua carteira e monitora diferentes indicadores de solvência e liquidez das diferentes contrapartes que foram aprovadas para negociação.

(iii) Gestão de risco de mercado - A Sociedade está exposta a diversos fatores de risco de mercado que podem impactar seu fluxo de caixa. Considerando a natureza dos negócios e operações da Sociedade, os principais fatores de risco de mercado aos quais a Sociedade está exposta são: risco da taxa de câmbio, risco da taxa de juros e risco de preços de produtos e insumos. A avaliação do potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco.

* * *

Membros da Diretoria e Responsáveis Técnicos

Diretores

Álvaro José Ribeiro Pereira
Diretor-Superintendente

Leonardo Gava
Diretor

Responsáveis Técnicos

Almir Alves da Paz
TC-CRC-RJ-061231/O “S” ES

Cecília Fernandes Albuquerque
Gerente de Controladoria